

EDITORIAL



A presente edição da Revista Brasileira de Ciências Policiais (RBCP) traz, a público, rico e diversificado material produzido por pesquisadores interessados em divulgar o conhecimento e promover o debate sobre problemas considerados tipicamente policiais, em acordo com o método adotado pela Escola Superior de Polícia que privilegia a sistematização do conhecimento não-dogmático.

O Periódico tem fulcro na ideia de que esse novel campo do conhecimento vai se revelando exatamente por meio de pesquisas que, nada obstante tenham zelo pelo arcabouço teórico de que se alimentam, possam ser, imediata ou potencialmente, utilizáveis, seja no próprio ambiente acadêmico ou profissional em que nascem - como instrumento de compreensão do mundo fenomenológico em que se inserem e de melhoria do conhecimento humano, em um sentido mais amplo - seja pelas organizações sociais ou governamentais que dependem dos resultados da atividade policial para a consecução dos fins de Justiça e da paz social e jurídica almejados histórica e constitucionalmente.

Dessa maneira, no cumprimento desse propósito, para essa edição da RBCP foram selecionados 8 (oito) textos, expostos a seguir, cujos conteúdos são de inteira responsabilidade dos seus autores e autoras.

Inicialmente, destaca-se o artigo “Novos Paradigmas da Investigação Criminal”. Resulta da primorosa pesquisa feita por Talles Amaral Machado e Luís Antônio sobre o Projeto Tentáculos que cuida do tratamento dispensado a notícias de crime relacionadas a fraudes bancárias eletrônicas praticadas contra a Caixa Econômica Federal, dentre os quais, falsificação de cheques, moeda falsa, cibercriminalidade de massa e, até mesmo, aqueles praticados por organizações terroristas. Reflete se tal projeto pode ser considerado um divisor de águas, em nível gerencial e executivo, passível de ser disseminado para outros setores de combate à criminalidade de massa de atribuição da Polícia Federal.

O artigo seguinte, do pesquisador Christian Vianna de Azevedo, especialista na temática do terrorismo, denomina-se "Venezuela's Toxic Relations with Iran and Hezbollah". Nele, o autor analisa as relações existentes entre a Venezuela, o Irã e o Hezbollah, que considera como a provável organização terrorista mais aparelhada no mundo. Tem como pano de fundo as novas exigências feitas à Polícia Federal que, como é sabido, ampliaram-se na atualidade, em especial a partir do 11 de setembro de 2001. Nesse sentido, para realizar a repressão às organizações terroristas, no Brasil, considera que dois fatores são relevantes: as exigências postas pela novidade legislativa (Lei 13.260, de 2016) e a emergência de novas tecnologias capazes de fazer frente às defesas atualmente existentes, o que pressupõe formas diversas de comunicação entre grupos, organizações e até mesmo entre Estados-Nações com vistas a facilitar o recrutamento, o financiamento, o gerenciamento de recursos, o treinamento e os ataques sistemáticos e pontuais.

Nesse artigo, a importância da pesquisa para as Ciências Policiais é ressaltada não apenas pela proximidade do experimento científico em observação, mas também em face das atribuições legais da Polícia Federal, que passa a ter que se preocupar de forma realística com as consequências de uma possível ameaça terrorista em suas fronteiras e com a necessidade de buscar a melhor forma de atuação preventiva e repressiva, incluindo ações contra terroristas.

Prevenção e repressão são elementos também do artigo de Priscila Santos Campelo Macorin: "A utilização do banco de dados de perfis genéticos na persecução criminal: uma abordagem sobre os direitos de personalidade e o princípio da não auto-incriminação". Certamente que essa base de dados, criada pela Lei 12.654/2012, pode vir a ser instrumento para ações contra-terroristas, muito embora a preocupação da articulista se concentre mais no seu uso adequado com vistas à garantia da cadeia de custódia e à preservação de direitos humanos fundamentais, dentro da esfera da investigação criminal e tendo por objetivo a desmistificação do uso adequado dos perfis genéticos, conforme previsão legislativa e em atenção ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Sobre objeto semelhante, aliás, trataram Bruno Rodrigues Trindade e João Costa Neto no artigo "Banco Nacional de Perfis Genéticos: exame da constitucionalidade à luz da dignidade humana".

Partem, contudo, de uma perspectiva diferente, uma vez que destacam o enfoque técnico-pericial e o debate sobre a possibilidade do uso adequado de uma ferramenta técnico-científica para aumentar a efetividade da persecução criminal, ainda que sem descuidar da observância dos direitos e garantias fundamentais.

Direitos humanos fundamentais também é o enfoque dado ao artigo de autoria de Bernardo Adame Abrahão e Alan Robson Alexandrino Ramos. No texto, "Atuação dos guardas civis municipais em terras indígenas e direitos humanos", traçam um recorte, a partir de suas experiências no Estado de Roraima, buscando aprofundar o ainda restrito conhecimento existente sobre os guardas civis municipais. Para tal, balizam-se pela perspectiva jurídica e também antropológica para tratar de sua importante atuação para a proteção dos interesses das comunidades silvícolas. As balizas do artigo são a Lei 13.022, de 2014 e a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), além de outros normativos, que permitem a busca de uma harmonização entre as distintas culturas.

Em seguida, é apresentado o texto "Recurso a arma de fogo contra pessoas em ação policial: o regime jurídico do art. 3º, nº 2, do Decreto-Lei nº 457/99, de 05 de novembro". De autoria do pesquisador português Ezequiel Rodrigues, apresenta a perspectiva de um membro da Polícia de Segurança Pública (PSP) de Portugal a respeito do problema, jurídico e policial.

Observa o autor que a regulamentação do uso da arma de fogo contra pessoas, durante a atividade policial, provavelmente em face da grande letalidade que possui, é verdadeira exceção à regra de desregulamentação de tais instrumentos. A maior preocupação do texto é o aspecto hermenêutico, chegando a abordar a Convenção Europeia dos Direitos do Homem e o direito alemão. Para a Ciência Policial no Brasil, porém, chama a atenção o fato de que todas as demais formas de atuação preventiva ou repressiva de que se pode valer a polícia portuguesa, tais como uso de algemas, gases neutralizantes, dispositivos elétricos, bastões, canhões de água, canídeos, equídeos etc. encontram campo aberto e desregulado em nível de legislação ordinária, o que pode decorrer do nível de confiança que as forças policiais portuguesas gozam perante seus cidadãos e legisladores.

O artigo seguinte de Paulo Ricardo Aguiar Deus denomina-se "Natureza Jurídica e Regime Legal a que estão submetidos os instrutores de armamento e tiro credenciados pela Polícia Federal". Trata do regime legal a que se submetem os instrutores de tiro credenciados pela Polícia Federal brasileira. Sem a intenção de esgotar o tema, considera a pouca expressividade das pesquisas disponíveis e, com base em experiência profissional, busca demonstrar a relevância da atividade de Instrutor de Armamento e Tiro, bem como algumas das repercussões que sua atuação pode produzir, a exemplo da maior (ou menor) eficácia do Sistema Nacional de Armas (SINARM) e o controle sobre a quantidade e qualidade dos usuários de armas de fogo no país.

O texto, "Polícia: etimologia e evolução do conceito", de autoria do português João José Rodrigues Afonso tem base em pesquisa ampla. Parte da ideia de polícia desde as questões fundamentais e sob um ângulo histórico (Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna) até chegar às discussões conceituais, como o sentido e o direito de polícia. Trata-se de artigo relevante para quem deseja saber de onde a polícia parte, compreender o que hoje é e seus desdobramentos futuros. Afinal, parodiando Edmund Burke (Reflections on the Revolution in France, 1790), uma polícia que não busca suas origens, não caminhará para a prosperidade.

Enfim, convém salientar que após 3 anos tendo como editor responsável o experiente filósofo Gilson M. Diana, conforme mencionado na última edição, este nono ano de publicação ininterrupta da RBCP passa a noviças mãos nessa arte. Trata-se de uma grande responsabilidade, mas que permanece compartilhada.

É que a concretização de uma revista científica inclui diversas etapas, dentre as quais podem-se destacar o recebimento e a posterior distribuição dos artigos para avaliação cega por pares, o diálogo permanente com os avaliadores, autores, revisores e demais colaboradores, a exclusão parcial ou integral daquilo que não atende à política editorial ou o interesse das Ciências Policiais, a revisão final, diagramação e adequação dos textos, impressão, confecção de capa e a construção deste editorial. Tudo isso é, certamente, resultado de um esforço coletivo de uma equipe pequena em quantidade, mas gigante em qualidade e eficiência e na compreensão de que esse processo é parte de um programa

maior da Escola Superior de Polícia que congloba ensino, pesquisa e extensão.

Para que esse esforço seja completo, é imprescindível que o leitor tenha consciência de que a RBCP não pode vir a lume apenas para cumprir prazos, mas visando contribuir para o avanço teórico e empírico das Ciências Policiais, dentro das quais se insere todo o paradigma de atuação das polícias, seja no aspecto preventivo, repressivo, administrativo, de inteligência ou técnico-pericial.

Finalizamos, esperando que o leitor possa ter a oportunidade de atualizar-se com os temas propostos, muitos inéditos ou de difícil obtenção, refletir demoradamente e mesmo questionar dialeticamente os autores, diretamente ou por meio do <publicacesp.anp@dpf.gov.br>, inclusive apresentando réplicas em formato de artigos que possam contribuir ao aprofundamento do debate, mas, principalmente, possa ter tanto prazer de ler cada texto, ainda que descompromissadamente, quanto teve o corpo editorial da RBCP em realizar as etapas que permitiram publicar mais este volume e dar continuidade a essa importante tarefa de disseminação das Ciências Policiais produzidas no Brasil e no exterior.

STENIO SANTOS SOUSA

EDITOR-CHEFE

